

A DIVISÃO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANAI DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, São Paulo. Vol. I, 1949, p. 19-36.

Pierre Monbeig

PIERRE MONBEIG (1908-1987). Geógrafo. Chegou ao Brasil no ano de 1935, com 27 anos, como professor de Geografia Física e Humana da USP, mas a partir de 1938 concentrou-se somente em Geografia Humana. Muito atuante, contribuiu para a criação do Conselho Nacional de Geografia em 1937 e ficou à frente da AGB por onze anos (1946), quando retornou a seu país de origem. Há poucos escritos sobre Monbeig, mas os que o conheceram são unânimes em afirmar que era idolatrado por seus alunos. Nos legou obras de referência como *Pionniers et planteurs de São Paulo* (1952) e *Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo* (1954).

Relatório apresentado à Assembléia Geral da A.G.B., reunida em Lorena, em nome da Secção Regional de São Paulo.

A Diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros entendeu que seria interessante aproveitar esta Assembléia Geral para discutir o problema da divisão regional do Brasil, organizada pelo Conselho Nacional de Geografia. O núcleo paulista estudou cuidadosamente o que, nesta divisão, diz respeito ao Estado de São Paulo, sem, todavia, limitar-se estritamente aos seus limites políticos. Fui encarregado, pelos meus companheiros, de redigir um relatório contendo críticas, tão construtivas quanto possível. São este relatório e o mapa, que o acompanha, que constituem a contribuição paulista à espécie de seminário, que ora se abre.

Este "seminário" constitui uma excelente oportunidade para que todos nós, que temos um conhecimento direto de certo número de regiões brasileiras, possamos confrontar os nossos pontos de vista quanto

à interpretação dos fatos geográficos; e, ao mesmo tempo, para que possamos transmitir o que vimos e o que conhecemos, proporcionando, assim, um recíproco proveito. Lançaremos deste modo, as sementes de trabalhos futuros, o que justifica plenamente o qualificativo de “seminário”, que convém a esta reunião.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Desejo acentuar, de início, a importância do trabalho tão sugestivo efetuado pelos nossos companheiros do Conselho Nacional de Geografia. Porque não é uma tarefa pequena o empreender-se, pela primeira vez, um estudo sério da divisão regional geográfica deste continente, que é o Brasil. Para isso, torna-se preciso uma grande vontade de trabalhar, à qual cumpre rendermos nossas homenagens, e uma extraordinária documentação, como, só o C.N.G. pode possuir. Mas, boa vontade e documentação não são suficientes: torna-se imprescindível uma grande capacidade, que não falta aos geógrafos do C.N.G. Foi estudando, de perto, o problema da divisão regional do Estado de São Paulo que pudemos, verdadeiramente, avaliar as dificuldades deste empreendimento. Veremos, a seguir, que nem sempre encaramos os fatos da mesma maneira que o C.N.G.; divergências que provêm de pontos de partida diferentes, mas divergências que devem ser fecundas.

Há uma fórmula de Albert Demangeon, que não me canso de repetir: a tarefa do geógrafo consiste em localizar, descrever e explicar.

Para localizar, é preciso entender e também calcular a extensão do fenômeno que se deseja estudar. Mas este fenômeno, em si mesmo, precisa ser compreendido; defini-lo de início com cuidado, baseando-se em estudos anteriores, deixa margem a modificações e aperfeiçoamentos dessa definição, quando venha a ser feita uma nova experimentação. Ora, o fato que nos interessa agora é a divisão geográfica do Brasil; localizar e definir as grandes regiões geográficas brasileiras e, em seguida, as unidades regionais mais modestas, os

quadros das atividades humanas. Não penso em retornar, mesmo sumariamente, à importante questão de região; nem tão pouco referir-me ao estado do problema no Brasil. Entretanto, torna-se indispensável, antes de cartografar as regiões, ficar-se de acordo a respeito do critério escolhido, a fim de que se saiba quais os fundamentos da unidade regional.

Ora, devo confessar, sobre esta questão a Secção Regional de São Paulo sentiu-se deveras embaraçada. Procuramos nas publicações do C.N.G. informações que pudessem nos esclarecer a respeito do que se entende por “grande região”, “região”, “sub-região” e “zona”; infelizmente, nada encontramos que pudesse nos esclarecer. Naturalmente, pudemos nos guiar pelas explicações rápidas, que nos foram dadas por Jorge Zarur; e, também, analisando os textos, foi-nos possível vislumbrar alguma coisa. Entretanto, creio que seria melhor que viessem os quadros de divisão regional acompanhados de informações e definições tão curtas quanto claras, sem excessos científicos, para que o leitor, que não é necessariamente um geógrafo profissional, possa entender o assunto.

Depois de refletir sobre essa preliminar, ficamos de acordo a respeito dos princípios seguintes:

- 1.º – as “regiões” correspondem a vastas unidades fisiográficas;
- 2.º – as “sub-regiões” são delimitadas levando-se em conta, essencialmente, a paisagem geográfica; por isso mesmo, sua nomenclatura deverá, tanto quanto possível, fazer ressaltar o traço dominante dessa paisagem;
- 3.º – as “zonas” são encaradas sobretudo tendo-se em vista os fatos econômicos e, particularmente, as relações regionais que se organizam em função de um centro urbano.

Admitidos esses conceitos, passemos à prática.

A tarefa não é simples; e logo se é levado a verificar, uma vez mais, que a crítica é fácil, mas a arte é difícil. Quando se critica a divisão

*O artigo clássico de Fábio de Macedo Soares Guimarães, publicado na *Revista Brasileira de Geografia* (ano III, n.º 2), constitui uma excelente exposição do problema.

regional brasileira e quando se procura oferecer sugestões positivas, “choca-se” logo com as próprias condições do país. Estou quase a dizer que a essência mesma do Brasil é um obstáculo à sua divisão geográfica precisa. Por exemplo, as dimensões do país são gigantescas e neste pedaço do continente americano tudo é vasto. O geógrafo, aqui, parece forçado a reconhecer a existência de unidades fisiográficas que ocupam superfícies enormes. Em seguida, se se procuram elementos na paisagem, depois na ocupação do solo e nas relações entre os grupos humanos, um outro obstáculo surge: a posse do solo pelo homem é ainda recente.

De um lado, o trabalho dos homens não teve tempo ainda de modelar as paisagens a ponto de lhes dar uma personalidade que se imponha; de outro lado a consciência popular não atribuiu, senão raramente, nomes originais às unidades territoriais. Dos deslocamentos contínuos da população à exploração espasmódica da terra, corresponde uma espécie de dinamismo constante das regiões, que as tornam de difícil definição ou limitação. A estas dificuldades juntam-se outras, que são desvantagens de ordem técnica e que todos nós muito bem conhecemos: as lacunas da cartografia, por exemplo, teriam aqui um lugar de honra.

O PROBLEMA DAS REGIÕES PAULISTAS

O núcleo paulista da A. G. B., elaborando uma divisão regional do Estado, esforçou-se por harmonizá-la com as regiões brasileiras vizinhas. Fizemos o possível por considerar os fatos como o fez o C.N.G., isto é, sob o ponto de vista nacional e, não, estritamente estadual. Eis porque as quatro grandes “regiões fisiográficas” por nós admitidas – o Litoral, o Planalto Atlântico, a Depressão Paleozóica e o Planalto Ocidental – e que figuram no mapa que acompanha este relatório, não devem ser consideradas como exclusivamente paulistas.

A região do “Litoral” é um vasto conjunto que apresenta, sem nenhuma dúvida, variações locais, mas cuja unidade é patente, através de diversos Estados (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Estado do Rio, Distrito Federal). O mapa do C.N.G. indica um limite entre duas grandes regiões do Litoral, além de Santos; uma separação tão radical não nos parece aceitável. Seria preferível reconhecer, como o fizemos, uma só região do Litoral, embora mais extensa.

Podia-se, também, discutir a distinção feita pelo C.N.G. entre o “Planalto Cristalino” e as duas regiões que o prolongam para o norte – a “Encosta” e o “Planalto”. A qualificação de “cristalino” tem, talvez, o defeito de generalizar em demasia e de esquecer os depósitos terciários do vale do Paraíba e da bacia da capital paulista. Parece-nos, por isso, preferível utilizar, o mais freqüentemente possível, termos geográficos e não geológicos. Daí julgarmos que se poderia considerar a existência de uma vasta região fisiográfica, abrangendo vários Estados, a qual receberia o nome de “Planalto Atlântico”. Pessoalmente, preferiria a expressão “Maciço Atlântico”, que me parece melhor evocar ao mesmo tempo o caráter montanhoso, a altitude e, o que não é desprezível, as dificuldades de comunicações. O epíteto “atlântico” lembra sua posição geográfica; além disso, sabemos todos que a gênese das terras altas do Brasil Oriental é inseparável da do oceano, assim como a vida que as anima desde a descoberta.

A denominação de “Sedimentar Permiana”, adotada pelo C.N.G., é significativa para nossos amigos geólogos, mas é desprovida de significação geográfica. Por outro lado, a idade atribuída não é aceita por todos os geólogos, uma vez que alguns a consideram permo-triássica. Enfim, a expressão exclui as rochas existentes na região e que não têm probabilidade de ser peruvianas... Por que não conservar o nome, já consagrado, de “Depressão”? Sem dúvida, os leigos podem achar esquisita uma depressão onde o solo é acidentado e cuja altitude é superior aos clássicos 200 metros; dos melhores manuais escolares. Mas, os leigos não compreenderão melhor os termos “sedimentar” e “permiana”. Quanto à depressão, é ela relativa às altitudes que a limitam; e, neste ponto, pelar menos, o fato é indiscutível: A fim de conservar alguma coisa da preocupação geológica do G.N.G. (que não é censurável senão quando leva a uma exclusão muito radical dos caracteres geográficos), ligamos ao termo “Depressão” o qualificativo “Paleozóica”, mais amplo e menos passível de dúvidas.

Quanto ao restante do interior do Estado, sua divisão entre duas grandes regiões fisiográficas pareceu-nos bastante duvidosa. Os que, dentre nós, fizeram a viagem São Paulo-Rio Paraná, seja pela E. F. Sorocabana, seja pela E. F. Nordeste do Brasil, ou para, a cachoeira do Marimbondo, no rio Grande, surpreenderam-se sempre pela continuidade

topográfica. Que verdadeira diferença, de natureza física, pode ser encontrada entre o “Planalto Ocidental da Serra Geral” (dois nomes que não têm o menor sentido para os paulistas) e o “Sertão do Rio, Paraná”, da nomenclatura do G..N.G.?... O termo “sertão” não depende do domínio da geografia física; seu conceito é dado pela geografia humana ou, quando muito, pela geobotânica. Deve-se lamentar, no caso, o súbito aparecimento de um novo critério para a nomenclatura das Regiões, que, por definição, são fundadas na fisiografia. Há mais ainda: admitamos, por, um momento, a justeza da expressão em causa; neste caso, não há dúvida que este sertão deveria prolongar-se ao longo da margem esquerda do rio e, no entanto, vemos, no mapa do G.N.G.,-, esta faixa sertaneja interromper-se no Estado do Paraná, a fim de deixar a região do Planalto Ocidental da Serra Geral atingir o grande rio no curso inferior do rio Ivaí. Sobre que fatos geográficos repousa tal cartografia? O mapa geológico não traz nada que possa demonstrar esta solução de continuidade, salvo se corresponde a dados novos, a respeito dos quais não temos conhecimento e que teríamos muito interesse em conhecer. Pensamos nos estudos de Reinhard Maack sobre a idade dos terrenos chamados Caiuá; más, se foi esta a base, lógico seria suprimir inteiramente a palavra “Sertão”.

Supressão essa que, além do mais, parece-nos indispensável em relação ao Estado de São Paulo, pois não mais existe, na verdade, no interior deste estado, extensão apreciável de solo que mereça ainda um nome assim pomposo. Tendo em conta todos esses argumentos, a Secção Regional de São Paulo de nossa A.G.B. sugere que seja considerado, como uma única e vasta unidade, O *Planalto Ocidental*, sem prejuízo de sub-regiões que seremos levados a referir, mais além.

A REGIÃO DO LITORAL

Dentro da região litorânea do Estado de São Paulo, a distinção de três sub-regiões corresponde bem a diferenças na paisagem.

Propomos, porém, mudar o nome da sub-região do “Litoral de Iguapé” para sub-região da “Baixada do Ribeira”. Os mapas, por mais simples que sejam, mostram muito bem a “bolsa” formada pelas terras baixas do rio Ribeira de Iguapé, acidente geográfico que não deixa de se assemelhar

ao vale do rio Itajaí; merece, portanto, como aquele, ser indicado na nomenclatura regional, ainda mais porque – fato-bem raro no Brasil – parece ter sido consagrado pela consciência popular.

Nesta Baixada do Ribeira, o mapa que traçamos indica duas zonas distintas: a de “Iguapé” e a de “Registro”. Tal distinção impôs-se quer pelas diferenças morfológicas; quer pelas gradações de povoamento e de gêneros de vida.

O PLANALTO ATLÂNTICO

A divisão organizada pelos nossos amigos do C.N.G. prevê sete sub-regiões nas terras-altas atlânticas do Estado. Conhecendo bem às similitudes de paisagens, assim como as formas de relevo e o revestimento vegetal, o grupo paulista da A.G.B. prefere limitar a subdivisão regional à três grandes unidades: 1. A sub-região Serrana, cujo nome evoca vantajosamente a paisagem montanhosa que se encontra tanto na serra da Bocaina, como no alto da serra do Mar ou nos arredores de Apiaí; 2. A “Planície do Paraíba” expressão que exprime o traço fundamental desta grande via de passagem; embora compreendendo o que se possa entender pela expressão “Zona da Mata”, usada pelo C.N.G, rejeitámo-la sem hesitação, porque é abusivamente enganadora; 3. Finalmente, a sub-região da “Mantiqueira”, tomado tal termo no seu mais lato sentido.

1. *A sub-região Serrana*

A sub-região Serrana foi, por sua vez dividida em quatro zonas, que nos parecem representar, na verdade, cada uma, um organismo vivo e uma diferenciação na paisagem: a) a zona da Bocaina; b) a zona do Alto Paraíba; c) a zona de São Paulo; d) a zona da Serra de Paranapiacaba.

As duas primeiras se justificam de maneira fácil: a da “Bocaina”, por sua altitude, sua situação marginal e, mesmo, seu isolamento; e a zona do “Alto Paraíba”, com uma série de velhas pequenas cidades serranas, que serviram de pontos de passagem nos antigos caminhos que conduzem ao litoral.

Sugerimos o reconhecimento da zona de “São Paulo”, tão original pela existência de suas colinas argilo-arenosas de um lado e de outro da várzea do Tietê, como também pela sua intensa vida urbana. Não mantivemos o vocábulo “Industrial”, da nomenclatura oficial, porque a estrita honestidade obriga-nos a reconhecer que a extensão do parque industrial paulista não é tão grande, como a que lhe foi atribuída pelo C.N.G., além de não poder ficar no esquecimento sua ativa vida rural. É um cuidado idêntico que faz com que, segundo nós, deva o pequeno município, de Salesópolis ser ligado à zona do Alto Paraíba: êle não possui, verdadeiramente, nada de comum com a indústria paulista, nem mesmo com o raio de ação imediato da metrópole bandeirante. Toca-se, aqui, num dos pontos mais espinhosos dessa divisão regional: o respeito aos limites municipais. A divisão do C.N.G. incluiu o município de São Roque na Zona Industrial, ao passo que excluiu dela o de Itapeverica da Serra, cuja sede é um verdadeiro subúrbio da Paulicéia. A realidade é ainda mais complexa: estes dois municípios, aos quais se podem juntar o de Cotia, não, se acham associados à vida da capital paulista senão em parte; uma grande porção de, seus territórios e de seus habitantes (a maioria; talvez) escapam-lhe completamente. No ponto de vista geográfico, não nos parece correto englobá-los *in totum* numa única zona, qualquer que seja ela.

Este caso espinhoso se repete na zona da “Serra de Paranapiacaba”. Admitindo (embora lamentando) que se tome em consideração toda uma unidade territorial administrativa, constituída por um município, englobamos os municípios de Capão Bonito e de São Miguel Arcanjo nesta zona da Serra de Paranapiacaba; e estamos assim em boa companhia, a do C.N.G. Mas, consultemos os mapas em que figura a rede hidrográfica, assim como o mapa hipsométrico e o geológico; todos eles concordam, mostrando com muita clareza que tais municípios não pertencem à zona serrana, a não ser em muito pequena parte. Quando se vem de Sete Barras pela nova estrada que leva a São Miguel, uma vez passado o Alto da Serra alguns quilômetros, entra-se na região de campos, de topografia fracamente marcada; uma divisão verdadeiramente geográfica admitiria um limite diferente do das fronteiras municipais.

Antes de terminar a caracterização desta zona da Serra de Paranapiacaba, devo lembrar que renunciamos à sub-região e à zona do “Alto Ribeira”, pro-postas pelo C.N.G.;, porque os três municípios que a constituem não são outra coisa senão partes legítimas daquela serra.*

2. A planície do Paraíba

A adoção da fórmula “Planície do Paraíba”, como sub-região do Planalto Atlântico, leva-nos a afastar certos municípios (como Barreiro, Silveiras e Bana-nal), que figuram na sub-região da “Mata” e na zona do “Médio Paraíba”, segundo a classificação do C.N.G. Na verdade, a mata ali não é mais que uma reminiscência de outras épocas e o médio Paraíba lhe está, à rigor, um pouco distante. Sua ligação à zona da Bocaina, na sub-região Serrana, está, certamente, mais de acordo com os ensinamentos da paisagem.

3. A sub-região da Mantiqueira

A sub-região da Mantiqueira não deixou de oferecer, aos meus colegas paulistas, matéria para muitas discussões. O resultado foi, ainda uma vez, desordenar um pouco a divisão do C.N.G. Felizmente, este lugar aprazível, que são os “Campos do Jordão”, não criou problemas. Em compensação, a inclusão de Jundiaí e de Campinas na sub-região de São Paulo e na Zona Industrial foi rejeitada.

Nem as formas do terreno, nem os solos, nem o clima estão de acordo com a classificação oficial. As atividades industriais das duas cidades citadas têm grande autonomia em relação às da capital; a produção agrícola é, pelo menos, tão importante quanto à das fábricas. Se a divisão em zonas funda-se na existência de unidades econômicas e em fatos de relações e de circulação, ninguém pode recusar a Campinas uma função de “capital” regional. Torna-se preciso reconhecer, aqui, um fato contra o qual somos impotentes e que traz

* Este ponto de vista foi defendido pelo Prof. Otávio Barbosa, grande conhecedor dessa região brasileira.

dificuldades a uma sistematização da divisão regional: Campinas, sobretudo, e também Jundiaí são municípios de contacto; por isso mesmo, escapam a qualquer outra catalogação... Devemos, pois, inclinar-nos diante da realidade e, conseqüente-mente, considerar à parte uma zona de "Campinas".

Mas o problema torna-se cada vez mais delicado: esta zona de Campinas tem uma existência econômica própria e, tomada como tal, seus limites deveriam ser levados até às cidades de Americana e Pedreira. Estamos em face de uma região econômica cujos limites sobrepõem-se aos das regiões naturais. No caso agora considerado, estabelece-se ela ao mesmo tempo na região do Planalto Atlântico e na da Depressão Paleozóica; chega a abranger, mesmo, tonalidades paisagísticas mais variadas. Entretanto, salvo má compreensão de nossa parte, o método seguido na confecção da divisão regional aceita como princípio que uma "zona", ainda que fundada sobre fatos econômicos, não pode ser inscrita senão no interior de uma só e única sub-região; e que, de mais a mais, ela própria tem sua unidade fundada sobre critérios físicos. Isto estabelece como que um primeiro postulado: que a região física determina a existência da região econômica; do que resulta um segundo postulado: que uma unidade física corresponde sempre a uma unidade cultural ou econômica.

Pelo contrário, os fatos correntes ensinam que uma zona, possuindo uma unidade econômica e gravitando em torno de um centro regional urbano, é quase sempre constituída pela coexistência de numerosas células, cujas produções não são as mesmas e cujos habitantes não têm os mesmos gêneros de vida. Uma zona econômica é, pois, formada de células, cuja infra-estrutura física não é a mesma. Bem ao contrário, tudo se passa de modo a nos provar que a unidade econômica superpõe-se à variedade física; são a variedade física e a justaposição de recursos naturais, freqüentemente complementares uns dos outros, que, ao mesmo tempo, dão origem à unidade econômica. O método seguido pelo C.N.G. leva a pensar que as divisões regionais se encaixam umas nas outras como aquelas construções com as quais brincam as crianças: paralelepípedos com bonitas figuras (as "paisagens" dos geógrafos), que entram umas nas outras. Nosso maior paralelepípedo é a unidade fisiográfica; o volume de tamanho médio

é a unidade de paisagem; e o menor, que é o econômico, entra automaticamente no médio, que não pode senão encaixar-se no maior. Infelizmente, esta uniformidade não passa de uma simples concepção teórica.

Pensamos que seria desejável proceder à organização de uma divisão regional fundada exclusivamente sobre dados da geografia física, isto é, na existência de regiões naturais. Paralelamente, seria desejável focalizar regiões cuja unidade seria fundada sobre fatos da geografia humana: gêneros de vida, tipos de ocupação do solo, relações econômicas. Em seguida, mas somente em seguida, poder-se-iam comparar os resultados das duas pesquisas e tirar conclusões práticas, diretrizes positivas.

A sub-região "Cristalina do Norte" desaparece em nossa classificação para se incorporar à sub-região da Mantiqueira, de que ora tratamos. Não existe diferença fundamental entre as serras do Japi ou dos Cristais, ramificações da Mantiqueira, e as serras da região limítrofe de São Paulo e Minas Gerais, desde Bragança até Mococa. As formas do relevo e as rochas permanecem as mesmas; o comportamento geral da paisagem é constante. Entretanto, pareceu-nos necessário traçar, dentro de seus limites, duas zonas distintas: a de "Bragança" e a da "São José do Rio Pardo". A primeira destas zonas possui um desenvolvimento industrial de relativa importância e relações com a capital paulista ou com o centro de Campinas fatos que não conhece a zona de São José do Rio Pardo. Além disso, a zona de Bragança é sensivelmente mais montanhosa no seu conjunto, que a outra. E, finalmente, se ficamos fiéis ao conceito de "zona", tal como foi fixado de início, toda possibilidade de englobar, numa zona só, Bragança e Caconde desapareceria; relações norte-sul são quase inexistentes e a direção dos contrafortes da Mantiqueira, impõe, ao contrário, separações e relações no sentido oeste-leste. É suficiente lembrar o grande número de pequenas cidades ainda ativas; mesmo depois da decadência do café, para calcular como quase cada vale viu brotar um centro de vida paulista - mineiro, mas sem ligação com suas simétricas, situadas mais ao norte ou mais ao sul. Observações mais precisas conduziriam, talvez, a admissão de uma divisão ainda

maior, num mais elevado número de zonas econômicas. Em todo caso, as duas que indicamos no mapa são consideradas indispensáveis.*

A DEPRESSÃO PALEOZÓICA

O grupo paulista da A.G.B. adotou uma divisão tripartida para a região da Depressão Paleozóica: 1. A sub-região dos Campos Gerais; 2. A sub-região do Médio Tietê; 3. A sub-região dos Campos Cerrados.

Em lugar da sub-região das “Campinas de Sudeste”, à qual o plano oficial faz corresponder uma única zona, propomos uma sub-região dos “Campos Gerais”, mais vasta e com duas zonas. Neste caso, desde que se fala sempre em “campos gerais”, porque introduzir o termo “campinas”? E que significação verdadeira possui a expressão “de sudeste”? Se nos limitarmos ao Estado de São Paulo, compreende-se bem; mas o sentido desaparece, se o considerarmos no conjunto da Depressão. Enfim, gostaríamos de saber se foram encontradas diferenças tais entre a vegetação desta região paulista e a da sua vizinha do estado do Paraná, que justifiquem duas denominações diferentes (“Campinas” e “Campos Gerais”).

Parece-nos que, pelo contrário, há interesse em adotar uma nomenclatura que exprima a continuidade da paisagem vegetal. Compreendemos esta sub-região, fazendo entrar nela municípios como Tatuí e Bofete, marcados na zona de “Piracicaba”, pelo C.N.G. Refletindo sobre o caso, e a título pessoal, duvido que nosso ponto de vista seja justo se o colocamos exclusivamente sobre o terreno da geografia física. Mas, estou quase certo de que é abusivo colocar Tatuí na órbita econômica de Piracicaba.

Quanto às duas zonas inscritas nesta sub-região dos Campos Gerais, são elas: a de “Itapeva” e a de “Sorocaba”. Sentimos necessidade de conservar algo de especial para acentuar a importância de Sorocaba;

* O município de Mococa figura no interior da zona de São José do Rio Pardo, ao passo que o C.N.G. o colocou na Depressão Permiana, zona da Mojiana. É ainda o caso dos municípios, que um grande esforço de boa vontade seria o único capaz de incluir numa só região ou zona. Preferimos nossa solução, considerando que a fama de Mococa lhe vem de seus cafezais, e que estes não estão absolutamente na parte paleozóica do município, mas na zona serrana.

além de sua fama, que não é independente dos caracteres físicos (contacto entre a Depressão e as terras altas; passagem da zona dos campos para a das florestas), sua função industrial autônoma, sua moderna influência regional, merecem ser mencionadas.

A segunda sub-região da Depressão Paleozóica recebeu, de nossa parte, o nome de “Médio Tietê”. O grande rio paulista é bem a chave da paisagem desta região; ele e seus afluentes desenvolveram uma erosão mais ativa ali, que na sub-região dos Campos Gerais; além disso, foram os responsáveis por aquele formigamento de colinas tão típico, em todos os municípios, desde Itu até São Pedro. Quanto à zona dita de “Piracicaba”, delimitada pelo C.N.G., nós a conservamos, embora reduzindo-a a proporções bem mais modestas. Sobre que pode repousar a existência de uma zona de Piracicaba? Evidentemente, sobre o raio de ação desta cidade, em primeiro lugar; depois, sobre o desenvolvimento da cultura da cana de açúcar e o aparecimento recente da policultura em pequenas propriedades, que surgiram ao lado das grandes plantações canavieiras. Se com isto estivermos de acordo, cumpre dela excluir certos municípios, como Araras, Leme, Rio Claro e Limeira, além de outros, como Itu e Salto. Os primeiros escapam à influência do rio Tietê e o tipo de vegetação, que neles se encontra, lembra mais o de Piraçununga que o de Piracicaba; o café ali conserva uma certa importância, mas o algodão, o lado da laranja, têm ali o lugar que ocupa a cana de açúcar em Tietê, Porto Feliz, Piracicaba e Santa Bárbara. Com Itu, reencontramos quase o mesmo problema que em Campinas: a posição de contacto entre duas regiões fisiográficas e uma pequena região que possui seu centro próprio de vida urbana e sua indústria independente, com Salto. Todas estas considerações levaram-nos a dividir a sub-região do Médio Tietê em duas zonas: a de “Piracicaba” e a de “Itu”.

O norte da Depressão Paleozóica tem a vantagem de nos oferecer uma vegetação característica: a dos “Campos Cerrados”. Daí a adoção de uma sub-região, que corresponde a dos Campos Gerais de Sudeste. Na divisão em zonas, o nome de “Mojiana”, adotado pelo C.N.G., não é conservado; para os paulistas, a “Mojiana” é o conjunto dos municípios servidos pela via - férrea deste nome, isto é, tanto Franca e Ribeirão Preto, como Casa Branca, Moji Mirim e Moji Guaçu. A expressão de “zona da Mojiana”, por conseguinte, dá lugar a

confusões, além de ser aplicada a um vasto grupo de municípios que não possuem a menor unidade natural. Conhecendo os matizes do revestimento vegetal e, sobretudo, tendo em conta os tipos de povoamento, de ocupação do solo e de funções urbanas, admitimos a existência de duas zonas: uma denominada de “Rio Claro” e outra de “Piraçununga”.

Mais uma vez, assinalemos a maneira arbitrária que é preciso adotar aqui para introduzir, por inteiro, o município de Descalvado ou o de Tambaú na sub-região da Depressão Paleozóica; ambos possuem terras na Depressão, como na *cuesta* e sobre o planalto. A geografia deve, ainda uma vez, sujeitar-se a normas que lhe são estranhas.

O PLANALTO OCIDENTAL

Analisemos, enfim, a última grande unidade regional admitida pela Secção Regional de São Paulo da A.G.B.: o “Planalto Ocidental”, dentro do qual reconhecemos três sub-regiões distintas: 1. A do Alto Planalto; 2. A do Médio Planalto; 3. A das Matas do Rio Paraná.

1. A sub-região do Alto Planalto

A primeira sub-região do extenso Planalto Ocidental foi chamada de “Alto Planalto”. Em nossas discussões, outros nomes foram propostos, como sub-região das “Cuestas” ou das “Chapadas” e, ainda, sub-região da “Borda do Planalto”; mas, afinal, o núcleo regional paulista preferiu conservar parcialmente a nomenclatura do C.N.G.

Para leste, esta sub-região é mais facilmente delimitável pelo escarpamento das inumeráveis e pseudo-“serras”. Para oeste, a tarefa é menos simples, pois as fronteiras devem identificar-se com as dos municípios. No entanto, bem ou mal, conseguimos acompanhar mais ou menos rigorosamente a curva hipsométrica dos 600 metros. Para o norte, era paradoxal colocar fora do Planalto Ocidental paulista a cidade de Franca e seus arredores, porque a altitude ali ultrapassa localmente os 1 200 metros, atingindo um recorde. Esta observação faz-nos renunciar à chamada sub-região do Rio Grande, proposta pelo C.N.G. Para o sul, nas proximidades do rio Paranapanema, o mapa geológico impeliu-nos a

prolongar a sub-região a altitudes inferiores a 600 metros; tivemos em conta o fato de que a região de Piraju, Xavantes, Ipauçu, Ourinhos é uma grande faixa de terra-roxa, simétrica, até certo ponto, àquela que fez a fama de Ribeirão Preto. Tive confirmado êstè ponto de vista ao ler, no *Boletim Geográfico*, o resumo de uma tertúlia do C.N.G. consagrada às observações de excursionistas chegados da região do norte do Paraná.

Dir-se-á que multiplicamos as zonas em todo este Planalto Ocidental. Lá onde o C.N.G., por exemplo, admitiu uma única zona – a de Araraquara, os paulistas colocam nada menos de três. Assim procedendo, curvarmo-nos ante os fatos observados, mantendo toda fidelidade ao conceito de zona. O interior do Estado oferece a característica de possuir numerosas cidades, em torno das quais gravita um verdadeiro “sistema” de pequenos centros urbanos, submersos numa espécie de “nebulosa” rural. Assim, Jaú tem seu cortejo de cidades e não possui a menor relação com Araraquara e sua clientela; a mesma cousa acontece com São Carlos. Estendemos a zona de Araraquara para o interior, mais do que o havia feito o C.N.G., retirando da zona de Rio Preto cidades como Jaboticabal, que lhe são radicalmente estranhas.

Tenhamos a coragem de afirmá-lo: tudo, neste particular, tem muito de arbitrário. Para delimitar sub-regiões e zonas no interior de São Paulo, não temos quase cartas topográficas e não possuímos monografias regionais. Se nos decidirmos a desprezar essas faltas e organizar, custe o que custar, uma divisão regional *a priori*, expomo-nos a cometer erros sobre erros. Nossos conhecimentos empíricos são nossas únicas armas. Por isso, devemos dizer claramente que não pretendemos, em absoluto, ter executado um trabalho sem falhas; muito pelo contrário.

Entretanto, depois que o problema foi proposto, é necessário chegar à solução. Eis porque, ainda que calculando os riscos, prestamos a maior atenção a esse problema, sendo, necessário mais de um seminário para terminar a divisão em zonas desse Planalto Ocidental.

Em poucas palavras, eis como definimos cada uma das zonas por nós admitidas na sub-região do Alto Planalto:

a) a zona de “Tiraju”, que conserva ainda plantações de café muito prósperas, com ‘rendimentos que estão entre os melhores do Estado, e áreas de fortes densidades de população;

b) a zona de “Botucatu”, que engloba elementos geográficos díspares (planaltos arenosos coin “cerrados”, as *cuestas* recobertas de mata, o vale do Tietê com suas várzeas); o recuo do café ali chegou a um desaparecimento quase completo em proveito das “invernadas”, da criação e das plantações de algodão (Avaré);

c) a zona de “Jaú”, que conseguiu manter sua tradicional lavoura cafeeira, conservando o centro urbano (que deu nome à zona) seu prestígio local;

d) a zona de “São Carlos”, que possui vastas pastagens, mantendo a cidade uma função intelectual apreciável, a despeito da decadência geral;

e) a zona de “Araraquara”, com recursos mais variados, porque o café coexiste com o algodão, a cana de açúcar e com boas “invernadas”; a pequena propriedade desenvolveu-se sem que as grandes fazendas desaparecessem de todo. As indústrias ligadas à produção agrícola animam Araraquara e Jaboticabal; mas as indústrias independentes dos recursos naturais locais são índices de uma avançada maturidade (têxteis, fábricas de meias e de chapéus);

f) a zona de “Ribeirão Preto”, em situação quase idêntica à da antecedente e na qual os progressos da criação, por influência de Minas Gerais e Goiás, não conseguem eliminar o café;

g) a zona de “Franca”, com seus altos planaltos, onde, pelo contrário, a retirada do café vem se processando de modo acelerado e a especulação encorajou a criação de luxo – o zebu reprodutor.

2. A sub-região do Médio Planalto

Não hesitamos em desviar-nos radicalmente das divisões adotadas pelo C.N.G. em relação às outras sub-regiões do Planalto Ocidental. Ao invés de duas sub-regiões – a “Cafeeira” e a “Pioneira”, preferimos uma única, que denomina-mos de sub-região do “Médio Planalto”.

Por que não adotamos os nomes escolhidos pelo C.N.G.? Em primeiro lugar, porque o café não pode, infelizmente, ser considerado como dominante indiscutível em uma tão vasta extensão territorial. Acreditamos mesmo que êle nunca o foi, porque as terras de criação representam, na verdade, extensões bastante consideráveis. Em seguida, a sub-região indicada como “pioneira”, começa a não o sèr mais... porque

as cousas caminham depressa e cidades que eram novas, há dez anos, estão desde já em competição e rivalizadas por cidades mais jovens e mais afastadas. Enfim, dirigimos uma crítica de conjunto aos dois nomes de sub-regiões “Cafeeira” e “Pioneira”: se, até o presente, o critério seguido para definir as sub-regiões fundou-se nos aspectos físicos da paisagem, introduzem-se subitamente noções humanas e móveis; esta nomenclatura de fundo agrícola e econômico surpreende tanto mais que na região tão tradicionalmente ligada à cultura da cana, no Estado de Pernambuco, não há nada que o evoque na lista oficial das sub-regiões e das zonas daquele estado nordestino. Não seria prudente conservar, o mais possível, uma certa uniformidade, capaz de guiar um leitor que conheça mal o país?

Eis porque nos pareceu conveniente reunir as duas sub-regiões em uma só, que é, para nós, o “Médio Planalto”. Grosseiramente, são os terrenos da série Bauru e uma parte do Caiuá (conforme a representação da carta geológica estadual); são aqueles planaltos freqüentemente desarborizados, cortados pelos rios que se dirigem para a calha do Paraná. A ocupação do solo não está igualmente bem resolvida; as circunstâncias históricas e econômicas do povoamento traduzem as diferenças da paisagem, pelo menos tanto quanto as pequenas tonalidades de solo e de clima. Mas, na impressão de conjunto, permanece a monotonia.

Nesta monotonia, como reconhecer com exatidão as subdivisões em zonas? O que havíamos indicado de início, a fragilidade da marca do homem na paisagem, é aqui mais verdadeiro do que nunca. E a rapidez com que se transforma o interior paulista confere um grau de extrema relatividade aos limites das zonas que vamos propor; com rigor, aceitáveis em 1946, não o serão provavelmente em 1950.

O C.N.G. indica, neste ponto, as zonas da Sorocabana, de Marília, de Rio Preto, de Barretos e a zona Pioneira. A césura paulista franziu as sobranceiras.

Zona da Sorocabana? Sente-se que se quis, aqui, conservar o hábito dos paulistas em designar as regiões pelo nome da companhia de estrada de ferro que as atravessa; idéia excelente, que retomaremos por nossa conta. Mas as populações dos municípios que se sucedem, depois de Salto Grande até Presidente Venceslau, servem-se de uma outra expressão, a nosso ver bem mais significativa: “Alta Sorocabana”. Se

dissermos a um fazendeiro de Presidente Prudente que êle mora na zona da Sorocabana, logo nos corrigirá, respondendo que esta é a do lado de Sorocaba e de Laranjal. Penso que estaremos de acordo em admitir que não existe interesse em complicar as cousas e em arriscarmos a provocar erros.

Julgo ter sublinhado bastante o interesse geográfico da cidade de Marília e sua importância regional para poder; aqui, recusar aprovação à denominação de “Zona de Marília”. Atualmente, a rainha da zona pioneira paulista não tem mais direito a este título e seu reino não é mais tão vasto como o traçaram nossos amigos do C.N.G. Uma pessoa não prevenida, lendo a lista de municípios incluídos na Zona de Marília, pensará que a vida comercial, bancária e intelectual de todos eles centralizam-se em Marília; se o nome desta cidade foi escolhido de preferência ao de outras, é porque — pensar-se-á — ela eclipsa todos os demais. Ora, olhemos o mapa; mostra-nos que duas vias-férreas alongam seus trilhos através da zona de Marília — a Comp. Paulista e a E. F. Noroeste, que se afunda até o Pantanal matogrossense. Só a “Paulista” serve Marília, efetuando algumas capturas econômicas em detrimento da “Noroeste”, mas não ao ponto de aniquilá-la. Há, porém, um grupo de municípios — tais como Bauru, Pirajuí, Cafelândia, Lins, Penápolis e Birigui, cujas as colheitas de café e algodão escapam inteiramente da órbita de Marília, cujos habitantes nada têm de fazer nesta cidade? Pois municípios do “Noroeste” são sensivelmente anteriores, aos de Marília, Garça, Pompeia é Tupã; as florestas ali são mais raras; a população comporta uma porcentagem maior de italianos ou de descendentes de italianos. Em resumo: a Zona de Marília, traçada pelo C.N.G., deve ser reduzida a suas verdadeiras proporções.

A realidade que une a “Zona de Rio Preto” não pode ser contestada como acontece com a de Marília. As duas cidades são “capitais” regionais. Mas a região riopretense teria sido bem delimitada? Não ó cremos. Nem em Bebedouro, nem em Jabuticabal, nem em Taquaritinga, nem mesmo em Catanduva, existe o sentimento de pertencer à esfera de influência da cidade de Rio Preto. Poder-se-á, talvez, considerar a possibilidade de uma “Zona da Araraquarense”, que corresponderia à da Sorocabana. Mas, mesmo assim, a esta zona faltaria a necessária unidade.

A delimitação da Zona de Barretos também parece-nos criticável. Se quis reunir municípios nos quais a forma principal de ocupação do solo é a “invernada” para a engorda, torna-se indispensável juntar-lhe os municípios de Nova Granada, Palestina, Paulo de Faria, Colina e mesmo Bebedouro (onde a criação se equilibra com o café). Se pensou em agrupar os municípios, cujos habitantes estão em constantes relações com Barretos (relações de negócios e de outra natureza), convém retirar Olímpia, que é um pequeno centró autônomo, com seus próprios satélites, e Ituverava, cujas relações parecem ser mais diretas com Franca ou mesmo com Ribeirão Preto.*

No decorrer das reuniões do núcleo paulista, tentamos compreender o que havia guiado os autores da divisão regional que discutíamos. E este esforço de compreensão levou alguns, de nós a pensar que nossos amigos cariocas tiveram sempre em mente a disposição geológica paulista: esses semi-circulos que se dispõem tão harmoniosamente nos mapas e essa dupla linha de *cuestas* (à primeira, muito nítida, correspondendo aos arenitos de Botucatu e aos diabásios; a segunda, menos precisa, correspondendo aos arenitos de Bauru), esta fidelidade de estrutura teria incitado a admitir zonas grosseiramente paralelas às linhas de *cuestas*.

Para dizer a verdade, não sei se essa interpretação paulista corresponde à que orientou nossos colegas do Rio de Janeiro e, de qualquer forma, não é inútil lembrar sumariamente êsse aspecto construtivo da geografia física do interior paulista. Porque a penetração humana está em contradição com ele; o povoamento faz-se, não em função das *cuestas*, mas do reverso dos planaltos. As linhas de penetração são perpendiculares aos escarpamentos; rodovias e vias-férrèas correm paralelamente sobre os planaltos. Como já ficou dito, a noção espontânea de região não existe entre estas populações do Planalto Ocidental, senão em função das estradas de ferro; são regiões alongadas, fitas estreitas e compridas, que se torna necessário desenhar em nossos mapas. Se a Alta Sôrocabana; a Alta Paulista, a Noroeste e a Alta Araraquarense já existem, embora um tanto confusas, mas conhecidas do povo, porque não tomá-las como ponto de partida ?

* Nova Granada parece manter relações mais estreitas com Olímpia do que com Rio Prêto.

Voltemos, mais uma vez, ao critério escolhido para o estabelecimento das zonas: consideração das relações econômicas e das influências regionais das cidades. Nessas regiões, que ainda não se acham decadentes e onde a fase pioneira começa apenas a “ésfumar-se” no passado, o papel das cidades foi decisivo; sobretudo, o das cidades “bocas de sertão”, aquelas que foram durante alguns anos o ponto, final da via-férrea. Essas cidades terminais projetavam suas relações para frente, em perpétua ofensiva. Quando nascia um centro urbano, nova “boca de sertão”, esta recém-nascida inquietava-se pouco em relação às populações e às produções da retaguarda; ao contrário, olhava para a frente. A antiga “boca do sertão” conseguia manter pela força do hábito, graças a seus negociantes e seus bancos, já conhecidos, os seus hospitais, e seus colégios, uma influência sobre a ex-zona pioneira; passava a ser a “capital” de uma região que atingiu uma certa maturidade; conseguia mesmo conservar um certo atrativo sobre os habitantes das regiões que se abrem mais além. É este processo de desdobramento das funções urbanas a causa de duas “capitais” regionais ao longo da Alta Sorocabana: “Assis” e “Presidente Prudente”; e de duas “capitais” regionais na zona da Noroeste: “Bauru” e “Araçatúba”. Por isso mesmo, admiti-mos quatro zonas, que correspondem, cada qual, a estas quatro cidades.

Para além de Marília, não existe ainda nenhuma cidade que se tenha imposto como centro regional; o processo acha-se em seu estágio inicial com o desenvolvimento de Tupã, mas penso que podemos conservar uma zona de “Marília”.

A cidade de “Rio Preto” domina todos os municípios situados para além e isto justifica o traçado que demos à sua zona. No entanto, uma cidade situada próxima de Rio Preto começa a destacar-se: Catanduva, centro de uma região algodoeira rica e que estende sua influência até Novo Horizonte, apesar de ser final de uma outra via - férrea. Por isso mesmo, chegamos a cogitar em dar um lugar especial à zona de Catanduva; mas como, em seguida, soubemos que o raio de ação desta cidade não se estendia a outros municípios da “Doúradense”, lembramos de traçar em pontilhado o limite entre duas zonas – a de “Catanduva” e a da “Doúradense”. Não conseguimos ter uma opinião certa, sobre a subdivisão desse trecho regional.

3. *A sub-região das Matas do Rio Paraná*

Chegamos ao fim desta exposição, tratando da terceira sub-região da grande região fisiográfica chamada Planalto Ocidental: a das "Matas do Paraná".

O nome não pode ser senão provisório, tal como as florestas... E, se as sub-regiões não tivessem de receber denominações inspiradas pela sua paisagem física, ver-nos-íamos tentados a falar aqui numa sub-região Pioneira. A altitude aproximar-se dos 400 metros ou menos; as várzeas dos rios alargam-se. Muitas vezes o solo é um dos piores de todo o Estado, como em Caiuá e Porto Epitácio; às vezes, a terra-roxa reaparece, mas a umidade e seu cortejo biológico tornam o povoamento difícil.

Três zonas podemos distinguir nessa sub-região.

A primeira recebeu o nome do município de "Presidente Venceslau", não somente devido ao "tabu" municipal, como se poderia acreditar, bastando lembrar que Porto Epitácio centraliza a navegação e o transporte das toras de macieira; mas porque as estradas que se dirigem tanto para o Paranapanema, como para o rio do Peixe e para a lagoa São Paulo, põem a pequena cidade de Presidente Venceslau em relações com as explorações florestais é agrícolas de caráter pioneiro.

A segunda zona é a de "Andradina". Parece que esta jovem cidade exerce atualmente uma influência até muito distante, para o sul. Sua agricultura desenvolve-se de ano para ano.

Do outro lado do rio Tietê, poder-se-ia hesitar entre diversos municípios, ao tentar escolher o líder da zona. A estrada de ferro vai até Votupóranga, ao passo que Fernandópolis é a base de partida para uma série de patrimônios em formação. Apesar disto, "Pereira Barreto" tem a vantagem da idade, da industrialização (seda) e acha-se ligada, por estradas, a todos os núcleos de povoamento dos municípios já citados, recebendo deles diferentes produtos. A prudência obriga, todavia, a lembrar que a subdivisão em zonas não seria senão provisória, nestas regiões em pleno desenvolvimento.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Que conclusões e que ensinamentos poderemos tirar do exame consciencioso a que se dedicaram os sócios paulistas da A.G.B.?

Em primeiro lugar, a necessidade de definir, tão exatamente quanto possível, sob que fundamentos devem ser estabelecidos os diversos tipos de subdivisões. Quais são os elementos que permitem delimitar, rigorosamente, uma “região”, uma “sub-região” e uma “zona”?

É possível que um grande número de nossas divergências sejam oriundas de um desacordo sobre este ponto inicial.

Parece prudente lembrar, sem receio das repetições, que começamos nosso trabalho esforçando-nós por compreender quais teriam sido os critérios adotados pelo C.N.G. ao distinguir “região”, “sub-região” e “zona”. Feito isto, observa-mos estritamente as definições, mesmo quando os resultados na prática nos traram-se enganadores. Em conseqüência, se algumas de nossas divisões não são satisfatórias (e somos os primeiros a concordar que elas existem), tal fato prende-se a um vício fundamental. Além disso, convém acentuar que talvez tenhamos compreendido mal o que sejam uma “região”, uma “sub-região” e uma “zona”, dentro do conceito dos organizadores da divisão regional. Se cometemos algum erro, deixai-nos pensar que outros também poderão fazê-lo, o que serve para mostrar que é indispensável dar definições preliminares.

Em seguida, entramos em choque constantemente com a incompatibilidade dos “limites administrativos municipais” e os limites geográficos. É impossível sujeitar-se às fronteiras municipais ao tentar-se construir uma divisão geográfica ou econômica. Tal caso assemelha-se ao das fronteiras políticas entre os países; não é o “quadro” o mais importante, mas o que fica dentro dele. Para repetir uma fórmula clássica: não é o continente, mas o conteúdo.

No decorrer deste simples relatório, tive oportunidade de assinalar vários exemplos que comprovam as dificuldades oriundas da obrigação de traçar os limites das regiões, das sub-regiões e das zonas, escravizando-nos aos limites municipais.

Nosso colega Fernando Marques de Almeida poderia dizer a que ponto a divisão do Estado de Mato Grosso, que freqüentemente visita, encheu-

o de surpresa e como tendo ensaiado trazer aqui uma divisão regional geográfica, a tarefa tornou-se impossível, pelo fato de ter de seguir as fronteiras dos imensos municípios mato-grossenses. O C.N.G. teve uma iniciativa louvável não tornando obrigatória a coincidência entre as fronteiras das regiões e as dos Estudos; ora, uma vez que se admite que a realidade geográfica ou econômica pode não corresponder às fronteiras estaduais lógico será admitir-se que o mesmo aconteça em relação às fronteiras municipais. Mais fácil será admitir que os limites regionais devam coincidir com as fronteiras dos Estados, se assim as necessidades administrativas o exigirem.

Finalmente (e esta conclusão parece-nos a mais importante), verificamos mais uma vez que as “regiões humanas” ou, se fôr preferível, “econômicas” ou “culturais” (o importante é saber se o que se procura e o sentido dado às palavras) não podem ser inscritas *a priori* nas “Unidades naturais”. São duas ordens de cousas, distintas. Do ponto de vista científico, torna-se a cair no determinismo anacrônico, quando se teima em fazer coincidir a “região natural” com a “região humana”. Se se encara a aplicação para fins administrativos, econômicos ou demográficos, políticos em uma palavra, é perigoso violar-se a realidade; partindo de princípios errôneos, chegar-se-á a uma divisão regional muito diferente da realidade; e daí a uma política (no verdadeiro sentido do termo), que irá de encontro ao real, senão para a calamidade. Reconhecer e cartografar as regiões naturais do Brasil é uma tarefa; reconhecer e cartografar suas regiões humanas é uma outra tarefa. Todas duas são da competência do geógrafo; todas duas têm um caráter científico e todas duas, em conjunto, devem servir para fins práticos. Devem elas caminhar paralelamente, para que se possa, em seguida, confrontar seus resultados e tirar as conclusões. Confundi-las em suas origens e em suas realizações não pode senão criar confusões e levar à impotência.

Em resumo: nossa Secção Regional considera que a divisão regional de São Paulo, estabelecida pelo C.N.G., é inteiramente lógica, tendo em consideração os pontos de vista iniciais. O melhor conhecimento dos lugares e dos fatos, de todo normal de nossa parte, levou-nos a fazer, modificações sensíveis; mas o mapa que traçamos continua a

PIERRE MONBEIG

ressentir-se dos mesmos defeitos que o traçado segundo a divisão oficial, o que é natural, uma vez que seguimos os mesmos pontos de vista.

É com entusiasmo que reconhecemos quanto foi fecundo o trabalho organizado pelo C.N.G. A corajosa iniciativa, tomada no Rio de Janeiro, levou-nos a formular questões, a refletir e a discutir entre nós mesmos; sentimos a necessidade de rever e tornar flexíveis muitas antigas idéias. Assim se desenvolve um estímulo científico. Por isso, ficamos agradecidos aos nossos amigos do C.N.G. Não é um sinal de vitalidade para uns e para outros?

Justo será, portanto, que agradeçamos a essas cousas, que levaram avante as bases de uma divisão regional do Brasil e aceitaram confrontar seus pontos de vista com os nossos, nesta Assembléia Geral da A.G.B. Propomos que, conservando ainda mais nossos contactos estreitos com o C.N.G., cada Secção Regional da A.G.B. inscreva como princípio de seu programa para a próxima Assembléia Geral: estudo da divisão regional; monografias geográficas regionais.

Lorena, Janeiro de 1946.



